cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA
LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.11.05 05:28:41 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 5 de novembro de 2026 • Nº 2418 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CNJ

Certidões de óbito devem conter no caso de ato policial

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que vítimas fatais de ações de órgão de segurança pública devem ter em suas certidões de óbito contexto de ação policial, além da causa médica. A medida foi aprovada em sessão virtual, ocorrida na última quinta-feira, e responde a debates realizados no Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário (ODH). A resolução será aplicada ao registro de óbito, nos casos de morte presumida em decorrência ou no contexto de intervenções dos órgãos de segurança pública e à retificação da certidão de óbito quando houver decisão judicial que reconheça, de forma expressa ou suficientemente determinada. A medida prevê o uso de procedimentos simplificados para que os familiares solicitem a inclusão dessa informação, o que inclui pedido judicial específico em caso de não haver decisão anterior sobre a causa da morte. PÁGINA 7

SENADO

Alcolumbre barra votação de PEC da Maioridade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou em campo ontem, para adiar a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Maioridade Penal. Esse esforço envolveu especialmente integrantes do Ministério da Justiça e senadores que se opõem de forma ferrenha à pauta. Lula ligou para o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e ponderou que a Câmara já trabalha com o tema antes. Ele pediu para que fosse dada prioridade à tramitação do projeto na Câmara e com participação popular, realizando audiências públicas, sem tramitação acelerada. A jornalistas, Alcolumbre disse ter sido procurado por Motta, que pediu pela tramitação prioritária da Câmara. Motta também disse a Alcolumbre que trabalharia para que a Casa dele votasse a matéria até novembro. PÁGINA 6

COPOM

Contra setor produtivo,BC mantém Selic em 13,75%

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central interrompeu o "ciclo de calibração da política monetária" e manteve a taxa Selic em 13,75% ao ano ontem. A decisão foi unânime. Foi a primeira reunião do Copom após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Com o estresse nos mercados após o segundo turno da eleição, cresceu a aposta de que o Comitê interromperia os cortes da Selic, e, às vésperas do encontro, o mercado estava dividido sobre qual seria o desfecho. Entre as 75 casas consultadas por pesquisa Projeções Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), 39 projetavam redução da Selic para 13,5% em novembro, enquanto 36 esperavam manutenção da taxa em 13,75%. O levantamento foi publicado na última sexta-feira, com mediana indicando Selic em 13,5%. PÁGINA 2

2026

DIVULGAÇÃO



Fenabrave prevê aumento de 12,8% na venda de veículos novos

A Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) aumentou a projeção de crescimento para as vendas de veículos novos em 2026 de 8,6% para 12,8%. A expectativa foi divulgada ontem, com os dados de emplacamentos de veículos novos no país em outubro. Para a federação, o resultado mostra que o mercado brasileiro mantém ritmo consistente de crescimento, ainda que com ajustes pontuais. "Observamos uma recuperação gradual em segmentos como caminhões, ônibus e implementos rodoviários, cuja queda acentuada vem retrocedendo ao longo dos meses, notadamente, após a implantação do Programa Move Brasil", acrescentou Arcelio Junior (**foto**). PÁGINA 2

MTE

Assédio eleitoral tem mais de 7 mil denúncias, aponta ministério

GERALDO MAGELA/AGENCIA SENADO



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) já recebeu mais de 7 mil denúncias de assédio eleitoral no ambiente de trabalho. Diante do aumento dos relatos, o ministro Luiz Marinho (**foto**) fez um apelo ontem a empresários que tenham ameaçado ou demitido funcionários por razões políticas, que recuem e se retratem publicamente. "Aproveito para me dirigir a todos que ainda pensam em fazer esse tipo de bobagem, recuem", afirmou o ministro em entrevista coletiva para explicar os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). PÁGINA 7

ONDA AZUL

EUA: eleições têm vitórias históricas de minorias

As eleições de meio de mandato presidencial nos Estados Unidos, as chamadas mid-terms, apresentaram vitórias históricas de minorias sub-representadas no país mais rico do mundo. Negros, hispânicos, muçulmanos, indígenas e gay estão entre os candidatos que conquistaram feitos pioneiros em cargos estaduais ou federais. A Agência Brasil destaca alguns dos nomes que obtiveram nas urnas marcas que representam salto de representatividade na democracia americana. O democrata Chris Pappas é o primeiro candidato assumidamente gay a conquistar uma vaga no Senado dos Estados Unidos. Ele foi eleito pela população do estado de New Hampshire. PÁGINA 8

INDICADORES

IBOVESPA (-13,88%) / 176.608,23 / 28.474,33 / Volume: 109.462.683.415 / Negócios: 13.964.203

Mais Negociados

	Preço	%	Oscil.
BBAS3	17,47	–29,33	–7,25
B3SA3	15,07	–36,28	–8,58
BBDC4	15,95	–21,70	–4,42
CSAN3	2,77	–46,73	–2,43
ITUB4	41,70	–13,66	–6,60

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
FSPE11F	0,30	+20,00	+0,05
SUZB3F	47,70	+10,75	+4,63
SUZB3	47,40	+10,08	+4,34
TCSA3F	0,85	+8,97	+0,07
EMBJ3	96,20	+8,89	+7,85

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
LJQQ3F	1,080	–65,93	–2,090
SIMH3	5,850	–64,86	–10,800
SIMH3F	5,980	–64,17	–10,710
LJQQ3	1,10	–63,93	–1,95
ECOR3	5,19	–60,53	–7,96

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	52.361,58	+0,28
S&P 500	7.676,77	+0,70
US Tech 100	28.498	+1,14
Euronext 100	1.857,2	+0,69
CAC 40	7.847,32	+0,83
FTSE 100	10.767,33	+0,72

Salário mínimo	R$ 1.621,00
Ufir-RJ	R$ 4,9604
Taxa Selic	
(04/11)	13,75%
TR	
(27/10)	0,1656%
Poupança	
(27/10)	0,6348%
IGP-M	1,57% (set.)
IPCA	0,82% (set.)
CDI	
(04/11)	13,65%
OURO	
BM&F/grama/RJ	R$ 672,24
EURO Comercial	
Compra: 6,0380	Venda: 6,0386
EURO turismo	
Compra 6,1156	Venda: 6,2956
DÓLAR Ptax - BC	
Compra: 5,5007	+9,19%
DÓLAR comercial	
Compra: 5,4021	Venda: 5,4027
DÓLAR turismo	
Compra: 5,4407	Venda: 5,6207

MERCADOS

Bolsa avança mais de 1% com melhora global após eleições nos EUA

JULIANA MACHADO/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) interrompeu a sequência de seis quedas seguidas e se sustentou na faixa dos 167 mil pontos ontem, impulsionado pelo ambiente de maior propensão à tomada de risco no exterior. Nos EUA, o avanço dos Democratas no Câmara e no Senado elevou as expectativas de uma gestão menos turbulenta de Donald Trump ou de um eventual novo governo em termos comerciais e geopolíticos, elevando as expectativas de uma melhora inflação global e, consequentemente, de uma política monetária menos restritiva no mundo.

No fim dos negócios, o Ibovespa (Índice Bovespa) subiu 1,23%, aos 167.563,47 pontos, depois de se aproximar dos 168 mil pontos na máxima (+1,48%). O giro financeiro no dia foi de R$ 32 bilhões.

A escassez do petróleo levou os preços do barril a superar os US$ 100. ontem, o contrato do Brent para janeiro cedeu 8,66%, a US$ 94,62 o barril

Os papéis da Petrobras tombaram significativamente no dia, acompanhando a performance do petróleo e impedindo o Ibovespa de obter ganhos maiores. Outras empresas do setor, caso da Prio e Brava Energia, seguiram a tendência. Com a reprecificação do cenário inflacionário, porém, houve maior procura por outros grandes papéis da bolsa, caso dos bancos e da Vale, muito negociados inclusive pelos grandes alocadores estrangeiros.

Em Nova York, o EEM (iShares MSCI Emerging Markets), maior ETF ligado a ações desses mercados, com Taiwan, China, Coreia do Sul e Índia com maiores pesos, avançou 0,82%.

DÓLAR

Após subir nos três últimos pregões e atingir o maior nível de fechamento no ano na terça-feira, o dólar à vista recuou frente ao real ontem, acompanhando o comportamento global da moeda americana.

O real apresentou ganhos bem inferiores aos de seus pares entre divisas emergentes, em razão da postura cautelosa dos investidores diante da expectativa por sinais da política econômica do Lula 4 e da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom). A avaliação é a de que o tombo de mais de 8% do petróleo ao longo da tarde, embora reduza os termos de troca, contribuiu para o recuo do dólar via menor percepção de risco.

Depois de uma alta pontual e limitada no início da tarde, quando registrou a máxima da sessão (R$ 5,4985), o dólar se firmou em terreno negativo nas últimas horas de negócios e terminou o dia em baixa de 0,65%, a R$ 5,4518. A moeda americana acumula alta de 0,14% nos três primeiros pregões de novembro, após ganhos de 9,04% na última semana de outubro - maior valorização semanal desde outubro de 2008, auge da crise financeira global.

COPOM

BC 'atende' especuladores e mantém Selic em 13,75%

MARIANNA GUALTER
E MATEUS MAIA/AE

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central interrompeu o "ciclo de calibração da política monetária" e manteve a taxa Selic em 13,75% ao ano ontem. A decisão foi unânime.

Foi a primeira reunião do Copom após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Com o estresse nos mercados após o segundo turno da eleição, cresceu a aposta de que o Comitê interromperia os cortes da Selic, e, às vésperas do encontro, o mercado estava dividido sobre qual seria o desfecho.

Entre as 75 casas consultadas por pesquisa Projeções Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), 39 projetavam redução da Selic para 13,5% em novembro, enquanto 36 esperavam manutenção da taxa em 13,75%. O levantamento foi publicado na última sexta-feira, com mediana indicando Selic em 13,5%. Com a decisão desta quarta-feira, a taxa Selic está acima da mediana do mercado pela primeira vez desde junho de 2025.

O Copom vinha conduzindo um ciclo cauteloso de afrouxamento monetário desde março deste ano e havia cortado os juros em 0,25 ponto porcentual cinco vezes, em meio às incertezas sobre os impactos da guerra do Irã sobre a cadeia global de suprimentos, os preços de commodities e a própria inflação.

Antes, o BC havia mantido a Selic em 15% - o maior nível em quase duas décadas - por dez meses seguidos, de junho de 2025 a março de 2026.

CNI avalia como equivocada e conservadora decisão do Copom

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, anunciada ontem, de manter em 13,75% ao ano a taxa básica de juros, a Selic, foi "equivocada e excessivamente conservadora" na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para a entidade, a prolongação do aperto monetário "mantém o crédito caro, prejudica empresas e famílias e trava, ainda mais, a economia".

"A Selic permanece muito alta e isso afeta crédito, investimentos e a atividade econômica. É verdade que as expectativas para a inflação pioraram, mas o IPCA segue dentro do intervalo da meta no chamado horizonte relevante da política monetária.

É possível continuar diminuindo os juros em ritmo compatível com a convergência da inflação para a meta, sem impor à economia um custo maior do que o necessário para assegurar a estabilidade dos preços", afirma o presidente da CNI, Ricardo Alban, que defende que o Copom retome o ciclo de corte dos juros em dezembro, quando está prevista a próxima reunião do colegiado.

FIEMG

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) "avalia que a manutenção dos juros em patamar elevado prolonga os custos para o setor produtivo, dificulta a retomada dos investimentos e compromete a competitividade da indústria brasileira".

A entidade avalia que a "ausência de uma coordenação mais efetiva entre as políticas fiscal e monetária contribui para manter a pressão sobre a inflação e restringe as condições para a redução da taxa básica de juros".

"A falta de consistência na condução fiscal impõe custos elevados à economia. Com juros altos por mais tempo, o crédito fica mais caro, os investimentos são adiados e a indústria perde capacidade de crescer e competir. O País precisa de responsabilidade fiscal e de sinais claros de compromisso com o equilíbrio das contas públicas", afirma o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe.

INDÚSTRIAS

CNI aciona Supremo contra fim da escala de trabalho 6x1

LAVÍNIA KAUCZ/AE

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) contra o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. A entidade pede que a emenda constitucional seja suspensa para as microempresas e empresas de pequeno porte até que o Legislativo edite uma lei complementar sobre o tema.

"A Constituição impõe ao legislador o tratamento diferenciado entre as empresas classificadas como micro ou de pequeno porte. A toda evidência, empresas de menor porte, que são a base da economia nacional, terão maior dificuldade de adaptação à jornada reduzida de 40 horas", destaca o diretor Jurídico da CNI, Alexandre Vitorino.

A CNI também pede que, após a concessão de liminar para suspender a emenda para micro e pequenas empresas, a ação seja submetida ao núcleo de soluções consensuais da Corte para que os agentes afetados encontrem uma saída negociada.

Outro questionamento é sobre a perda de eficácia, em até dois meses, de todos os acordos e convenções coletivas vigentes que sejam incompatíveis com a nova escala de trabalho. A entidade quer que esse trecho da emenda seja suspenso.

Segundo a CNI, a redução da jornada para 40 horas semanais sem redução de salário aumenta o custo do trabalho formal na indústria em 11,1%, o que corresponde a R$ 88 bilhões.

O processo deve ser distribuído ao ministro Flávio Dino, que já foi sorteado relator da ação movida pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) para adiar o fim da escala 6x1 para 2027.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tel.: (21) 99122-4278

2026

Fenabrave prevê aumento de 12,8% na venda de veículos novos

ELAINE PATRICIA CRUZ/A BRASIL

A Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) aumentou a projeção de crescimento para as vendas de veículos novos em 2026 de 8,6% para 12,8%. A expectativa foi divulgada ontem, com os dados de emplacamentos de veículos novos no país em outubro.

A previsão é de que o setor, como um todo, deve vender quase 5,6 milhões de unidades no ano. Entre janeiro e outubro, foram emplacadas 4.722.650 unidades, o que já representa um crescimento de 12,62% sobre igual período de 2025.

De acordo com a Fenabrave, este foi o segundo maior resultado acumulado da série histórica, atrás apenas do registrado em 2011.

"Os resultados acumulados permitem uma avaliação mais favorável para o fechamento do ano, principalmente entre automóveis e comerciais leves. Ao mesmo tempo, continuamos projetando retração para caminhões e ônibus, ainda que menores que as estimadas em julho, mas abaixo do que previamos em janeiro", disse Arcelio Junior, presidente da Fenabrave.

Para a federação, o resultado mostra que o mercado brasileiro mantém ritmo consistente de crescimento, ainda que com ajustes pontuais.

"Observamos uma recuperação gradual em segmentos como caminhões, ônibus e implementos rodoviários, cuja queda acentuada vem retrocedendo ao longo dos meses, notadamente, após a implantação do Programa Move Brasil", acrescentou Arcelio Junior.

PAULO PINTO/ABRASIL



QUEDA EM OUTUBRO

As vendas desses veículos tiveram queda de 4,06% em outubro, na comparação com setembro, segundo o balanço. Em relação a outubro de 2025, também houve retração, de 0,85%.

A Fenabrave avalia que a retração de outubro foi influenciada pelo calendário, já que outubro do ano passado teve 23 dias úteis, enquanto neste ano foram 21.

O total de 489.119 emplacamentos no mês passado incluiu automóveis, veículos comerciais leves (picapes e furgões), ônibus, caminhões, motos e implementos rodoviários, como reboques e carrocerias.

VEÍCULOS ELÉTRICOS

Um fator que tem contribuído para o bom desempenho no ano é a venda dos veículos eletrificados, que apresentaram crescimento superior a 130% no acumulado do ano, com 524.766 unidades emplacadas. Isso considera tanto os modelos híbridos quanto os totalmente elétricos.

Considerando-se apenas automóveis e veículos comerciais leves, a participação dos eletrificados praticamente dobrou no país: atualmente, eles já representam 20,54% dos emplacamentos no Brasil, diz a Fenabrave. No ano passado, isso correspondia a 10,67%.

DESEMPENHO

O segmento de automóveis e comerciais leves continua tendo um bom crescimento no ano, informou a Fenabrave. No acumulado do ano, o crescimento foi de 17,29%, com 2.410.505 unidades emplacadas.

Considerando-se apenas o mês de outubro, houve queda de 5,48% em relação a setembro e crescimento de 2,5% ante outubro do ano passado.

Quanto aos segmentos de caminhões e ônibus, a queda persiste, apesar de alguma recuperação no ano. No acumulado do ano, o recuo foi de 4,18%, enquanto, em setembro, a queda foi de 8,36%. Em relação a outubro de 2025, as vendas caíram 10,26%.

Já as motocicletas cresceram 8,90% no ano, com 1.985.816 unidades emplacadas, maior volume acumulado de sua série histórica.

"A motocicleta atende tanto às necessidades de mobilidade individual quanto às atividades profissionais, especialmente nas cidades. Essa diversidade de utilização contribui para manter a demanda elevada, ainda que com pequenos ajustes pontuais de um mês para o outro, como os que ocorreram em outubro, em função do menor número de dias úteis em relação a outubro do ano passado", afirma Arcelio Junior.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial
Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro
São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899
Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

REGULAMENTAÇÃO

Governo prevê decreto do fim da escala 6x1 para 2ª-feira

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



O decreto que regulamentará o fim da escala de trabalho 6x1 deve sair na próxima segunda-feira, disse ontem o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

O texto estabelecerá diretrizes para a organização das jornadas e garantir pelo menos oito folgas por mês aos trabalhadores.

Seguindo Marinho, o decreto será discutido com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva hoje e deverá orientar a implementação das novas regras por meio de negociações coletivas.

A regulamentação também deverá permitir flexibilidade na organização das escalas, desde que sejam respeitados os direitos previstos na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que extinguiu o modelo de seis dias de trabalho para um de descanso.

DECRETO

Segundo Marinho, o decreto terá como objetivo coordenar a adoção das diferentes escalas de trabalho nos setores econômicos, sem comprometer os direitos dos empregados nem o funcionamento das empresas.

"Soltaremos o decreto regulamentador para trazer o processo coordenado para a implantação das várias escalas que cada setor pretende implantar, sempre respeitando o comando da PEC", afirmou o ministro.

A publicação, inicialmente prevista para esta semana, foi adiada após Lula não conseguir realizar o despacho sobre o tema. A expectativa do Ministério do Trabalho é concluir a regulamentação na próxima segunda-feira.

FOLGAS E NEGOCIAÇÃO

A proposta prevê que os trabalhadores tenham, no mínimo, oito folgas em um período de 30 dias. A distribuição dos descansos poderá variar conforme as características de cada atividade, desde que respeitadas as condições estabelecidas pela PEC e pelos acordos coletivos.

Marinho explicou que a flexibilização poderá permitir diferentes combinações de jornadas semanais, conforme as necessidades de cada setor.

"Não tem lista de flexibilidade. A PEC determina dois descansos semanais. A flexibilidade concedida é que essas duas folgas estejam consolidadas dentro do mês", declarou.

O ministro destacou que os acordos coletivos terão papel central na organização das escalas. A prioridade, segundo ele, será a negociação entre empresas e representantes dos trabalhadores, com possibilidade de convenções nacionais que facilitem a adesão dos diferentes estados.

A regulamentação também deverá contemplar setores que funcionam continuamente, como atividades de saúde, transporte, segurança e limpeza urbana.

REDUÇÃO DA JORNADA

A proposta de mudança na jornada de trabalho prevê a redução gradual da carga horária semanal, atualmente de 44 horas, para 40 horas.

De acordo com as informações divulgadas pelo governo, a implementação deverá ocorrer a partir de 15 de dezembro, respeitando as condições estabelecidas na regulamentação.

O Congresso Nacional promulgou, em 16 de outubro, a PEC que extingue a escala 6x1 e estabelece uma jornada de cinco dias de trabalho para dois de descanso.

Marinho afirmou que o objetivo do governo é garantir a proteção dos trabalhadores durante a transição, sem prejudicar a atividade econômica.

CRÍTICAS AO MERCADO

Durante a entrevista coletiva em que apresentou os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o ministro também criticou a reação do mercado financeiro às discussões sobre propostas alternativas para a política econômica.

A manifestação ocorreu após questionamentos sobre as ideias do economista André Lara Resende, um dos formuladores do Plano Real, que defende mudanças na condução das políticas fiscal e monetária.

Marinho afirmou que o presidente Lula deve ter liberdade para ouvir diferentes contribuições, mesmo quando elas divergem das posições defendidas por agentes financeiros.

"O que eu acho um absurdo é que qualquer tentativa de discussão que não esteja no quadradinho do chamado mercado da Faria Lima há uma grita contra", declarou.

O ministro também criticou a resistência do mercado à discussão de alternativas para a taxa básica de juros e defendeu que diferentes propostas sejam avaliadas pelo governo.

"É um absurdo o comportamento do tal mercado, da tal da bolsa. Isso tudo para levar a um nervosismo. Não pode escutar as pessoas? É um tremendo de um comportamento inadequado", afirmou.

Marinho acrescentou que os juros elevados representam um obstáculo para o Estado, as empresas e a sociedade.

"O que é inaceitável é continuar no patamar de juros que nós pagamos, isso é ruim para o Estado brasileiro, ruim para as empresas e a sociedade no geral", concluiu.

ALUMÍNIO

CBA tem lucro recorde de R$ 616 milhões no 3º trimestre, alta de 366%

TALITA NASCIMENTO/AE

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) encerrou o terceiro trimestre de 2026 com lucro líquido recorde de R$ 616 milhões, alta de 366% em relação ao mesmo período do ano anterior. A empresa atribui o resultado ao preço realizado do alumínio no intervalo, ao desempenho operacional e a um impacto não recorrente: um benefício econômico de R$ 526 milhões decorrente da renegociação e liquidação antecipada de obrigações de Uso do Bem Público (UBP).

A operação foi viabilizada por um pagamento líquido de R$ 262 milhões, nos termos da Lei nº 15.235/2025, e reduziu compromissos futuros de caixa. Após os efeitos tributários, o ganho líquido totalizou R$ 315 milhões.

A receita líquida consolidada atingiu R$ 2,7 bilhões, o maior patamar trimestral da história da companhia, com alta de 18% em um ano. O avanço das receitas foi sustentado principalmente por maiores preços realizados do alumínio e pela maior participação de produtos de maior valor agregado no conjunto de vendas.

O Ebitda ajustado alcançou R$ 565 milhões, aumento de 142% em relação ao terceiro trimestre de 2025, enquanto a margem Ebitda ajustada avançou de 10% para 21%. Segundo a empresa, o desempenho reflete a evolução operacional do negócio de alumínio e o menor impacto negativo de contratos futuros e derivativos de energia, que passou de R$ 208 milhões para R$ 47 milhões na comparação anual.

O preço médio do alumínio na London Metal Exchange (LME) foi de US$ 3.226 por tonelada, alta de 23% na base anual. Apesar da queda de 9,7% frente ao segundo trimestre, os preços permaneceram em níveis historicamente elevados, sustentados por baixos estoques globais, pela recuperação gradual da demanda chinesa e por restrições de oferta fora da China.

O CEO da companhia, Luciano Alves, afirmou à Broadcast que a CBA trabalha com um cenário que não prevê quedas abruptas no preço da commodity. Na avaliação dele, as unidades do Oriente Médio que interromperam produção por causa da guerra vêm retomando as atividades aos poucos, sem impacto relevante nos preços. Para Alves, novas capacidades vindas da Indonésia tendem a ser mais relevantes, mas a empresa entende que essas entradas devem ocorrer de forma gradual.

A CBA segue em compasso de espera quanto à conclusão da venda do controle da companhia pelo Grupo Votorantim para a empresa formada pela joint venture entre a chinesa Chinalco (Chalco) e a Rio Tinto. Alves disse, porém, que o assunto é tratado com tranquilidade, enquanto a empresa foca em ganhos de produtividade.

A dívida líquida encerrou setembro em R$ 2,8 bilhões, redução de 16% em relação ao mesmo período do ano anterior. A alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado dos últimos 12 meses, recuou para 1,38 vez.

A CFO da CBA, Camila Abel, afirmou que a companhia considera o atual nível de endividamento confortável, inclusive para suportar períodos de alta do dólar - moeda na qual está denominada cerca de 80% da dívida. Segundo ela, a estrutura financeira também deixa a empresa pronta para novos investimentos quando surgirem oportunidades.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

Hospitais Integrados da Gavea S.A. CNPJ: 31.635.857/0001-01, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento – SMDU, através do processo n° EIS-PRO-2022/12456, a renovação de sua Licença Ambiental Municipal de Instalação - EIS-LMI-2023/00070 para atividade hospitalar com internação, localizado na Rua João Borges, 204, Gávea/RJ.

CONCESSÃO DE LICENÇA

DHL LOGISTICS (BRAZIL) LTDA., inscrita no CNPJ nº 02.836.056/0137-80, torna público que recebeu da SEMASBEA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento Básico e Educação Ambiental a Licença Municipal de Operação nº 004/2026, válida até 16 de setembro de 2031, para a atividade de Depósito de mercadorias de terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, localizada no município de Seropédica, no Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Paulo de Frontin, nº 1700, Parte DHL, Bairro Cabral.

CAPITAL MARÍTIMA S.A.

CNPJ/MF nº 30.864.027/0001-93 - NIRE: 333.0036389-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Em cumprimento ao solicitado pelo acionista TSALAVRAS HOLDING LTD em notificação enviada em 24/10/2026, ficam convocados os acionistas da CAPITAL MARÍTIMA S.A. ("Companhia"), sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 30.864.027/0001-93 e NIRE 333.0036389-1, com sede na Av. das Américas, 700, sala 118, bloco 06 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.640-100, por meio do presente Edital, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 1976, a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na Avenida Presidente Wilson, nº 231, andar 18, na sede do Vieira Rezende e Guerreiro Advogados, no dia 11 de novembro de 2026, às 10:00, em primeira convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia:** (i) Avaliar a instalação do Conselho Fiscal e a eleição de seus membros; (ii) A adoção de canal seguro, interlocutor, calendário e condições de acesso às informações, com tratamento individual das restrições; e (iii) A apresentação, pela administração, de plano de atendimento às pendências e sobre um calendário de acompanhamento. Caso o quórum de instalação não seja atingido em primeira convocação, será realizada segunda convocação dentro do prazo legal, que será instaurada com qualquer número de acionistas presentes. Cabe ressaltar que a AGE não será realizada na sede da Companhia uma vez que a administração entende que o local indicado terá uma estrutura mais adequada para comportar os acionistas. Os acionistas poderão participar da Reunião presencialmente, por procurador legalmente habilitado. Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2026. **CAPITAL MARÍTIMA S.A.**

ESTADOS

Senado aprova projeto que permite renegociar dívidas no fim de mandato

NAOMI MATSUI/AE

O Senado aprovou ontem, o Projeto de Resolução do Senado 50/2026, que permite a estados, ao Distrito Federal e a municípios contratar operações de crédito para reestruturar e recompor o principal de dívidas nos 120 dias anteriores ao fim do mandato dos chefes do Executivo. O texto segue para promulgação.

O texto altera a Resolução do Senado 43/2001, que restringe a contratação de operações de crédito nos últimos 120 dias de mandato. A exceção prevista no projeto vale para operações destinadas exclusivamente à substituição de dívidas existentes por outras em condições financeiras mais favoráveis, sem a obtenção de novos recursos livres.

Em seu parecer, o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), argumentou que a medida permite que os entes federativos aproveitem oportunidades de renegociação e reduzam custos financeiros, sem comprometer os mecanismos de controle do endividamento público.

Pelo texto, antes da contratação, o ente federativo deverá divulgar em seu site oficial um demonstrativo com a metodologia e a memória de cálculo do valor presente das dívidas original e renegociada, os cronogramas anuais de pagamento e as mudanças relevantes nas condições financeiras, nas garantias e nos riscos da operação.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO DO BRASIL — DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CONTRATAÇÃO Nº 20/2027

A Pregoeira **ROBERTA DE FARIAS BARRETO DOMINGOS PAULA** convida as empresas interessadas em participarem do **Pregão nº 20/2027** no dia **17/11/2026 às 09:00h. Objeto: Aquisição de Medicamentos da classe Uso Geral I** (ACETAZOLAMIDA 250 MG COMPRIMIDO; AMIODARONA 50 MG/ML INJETÁVEL, AMPOLA 3 ML; ATORVASTATINA CALCICA 20 MG COMPRIMIDO e etc). Processo nº 33409.007545/2026-51 . O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO DO BRASIL — DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.99/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DO MATERIAL (CATETER CENTRAL E OUTROS) (17 ITENS),** estando vinculado ao Processo SEI nº **25057.013908/2024-34.** Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 10/11/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO DO BRASIL — DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.199/2027

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o **EDITAL** de Licitação do **Objeto: AQUISICAO de MATERIAL de CONSUMO (LAMINA CIRURGICA em ACO INOXIDAVEL para SERRA OSSEA OSCILATORIA SAGITAL e OUTROS) - (43 ITENS),** estando vinculado ao Processo SEI nº **25057.010994/2025-12.** Abertura da sessão pública às 10h do dia 10/11/2026, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO DO BRASIL — DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CONTRATAÇÃO Nº 197/2027

A Pregoeira **JERUSA FERREIRA DIAS** convida as empresas interessadas em participarem do **Pregão nº 197/2027** no dia **17/11/2026 às 11:00h. Objeto: Aquisição de Insumos para Impressora 3D Polyjet J35, marca Stratasys** (fluído para limpeza e hibernação das cabeças de impressão; tinta - fotopolímera que simula protótipos brancos e opacos; tinta - fotopolímera que exerce suporte com formas geométricas para servir de substrato para os protótipos e etc). Processo nº 33409.000289/2026-71. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES — funarte

MINISTÉRIO DA CULTURA — GOVERNO DO BRASIL — DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

Contratação: 403201-162/2026

O objeto da presente licitação é a contratação de serviços comuns de engenharia para a execução do projeto de adequação do Sistema de Combate a Incêndio e Pânico (PCIP), com fornecimento e instalação de materiais e equipamentos, conforme o Projeto Executivo/Técnico nº 131324/3550308/2022, aprovado pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo/SP (CBPMESP), bem como para a posterior obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) da Coordenação do Complexo Funarte São Paulo (COSP), localizada na Alameda Nothmann, nº 1058, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-001, unidade pertencente à Fundação Nacional de Artes (Funarte), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Abertura das Propostas: 19/11/2026 às 11:00 horas.

Local: Fundação Nacional de Artes - FUNARTE

Endereço: https://www.gov.br/compras/pt-br e https://www.gov.br/funarte/pt-br

Valquiria Pimentel da Cunha Correia
Pregoeira
Fundação Nacional de Artes - FUNARTE

PRIMAVERA: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 29º 17º 85% 05:20 18:20

DANÇA

CEUs oferecem atividades gratuitas de K-pop à comunidade

Os Centros Educacionais Unificados (CEUs) de diferentes regiões da capital oferecem uma programação gratuita de K-pop aberta à comunidade, com aulas de dança de K-pop, oficinas e atividades sobre a cultura coreana. A iniciativa proporciona experiências de expressão artística e convivência, além de ampliar o contato da população com a música e as manifestações culturais da Coreia do Sul.

As atividades acontecem nos CEUs Arthur Alvim, Vila Alpina, Carrão, Tremembé e Parque Bristol, em diferentes dias e horários, conforme a unidade.

Durante as aulas, os participantes aprendem e experimentam coreografias inspiradas em grupos de K-pop, explorando os movimentos e ritmos característicos do estilo. As oficinas também permitem conhecer outros aspectos da cultura coreana.

Abreviação de Korean Pop, o K-pop é um gênero musical originário da Coreia do Sul que conquistou fãs em diferentes países. Além das músicas, o estilo se destaca pelas coreografias elaboradas e apresentações visuais, despertando o interesse de pessoas de várias gerações pela língua e pela cultura sul-coreana.

LÍNGUA COREANA

Além das atividades culturais abertas à comunidade, os Centros de Estudos de Línguas Paulistanos (CELPs) oferecem aulas de coreano em 51 unidades dos CEUs distribuídas pela cidade. A iniciativa amplia as oportunidades de aprendizagem de idiomas na Rede Municipal de Ensino e aproxima os estudantes de outras culturas.

As vagas são destinadas a alunos do 4º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio. Nas aulas, eles podem aprender novas expressões, ampliar o repertório cultural e conhecer costumes, valores e tradições da Coreia do Sul.

A oferta do idioma também acompanha o interesse despertado pelo K-pop e por outras manifestações culturais sul-coreanas, permitindo que os estudantes aprofundem o contato com esse universo para além da música e da dança.

NOVEMBRO

Prefeitura apoia Festa da Revolução Queijeira no Mercado de Pinheiros

O Mercado de Pinheiros recebe, nos dias 6 e 7 de novembro, a Festa da Revolução Queijeira Paulista, evento gratuito que reúne produtores de queijos e charcutarias artesanais do estado de São Paulo. A iniciativa conta com a parceria da Prefeitura de São Paulo, da Associação Paulista do Queijo Artesanal (APQA) e do Polo Charcuteiro, associação de produtores paulistas de charcutaria artesanal. A programação acontece das 10h às 18h e aproxima os consumidores dos produtores, com degustação e comercialização de produtos.

Organizada pela APQA, a feira reúne queijarias e charcutarias artesanais para apresentar a diversidade da produção paulista e incentivar a venda direta. Entre as queijarias confirmadas estão Christophe e Zeide – Queijos Artesanais, Capril Caprioles, Goldy, Leiteria Santa Paula, Capril do Bosque, Lano Alto, Fior d'Italia, Terra Límpida, Queijos Monte Alegre, Queijo com Arte, Capril Salto do Panema e Laticínio Iracema. A produção de charcutaria também estará representada por Amarus Salumeria, Jais, Les Charcutiers e Ferreira Charcutaria.

A realização da festa é resultado de quase uma década de mobilização de produtores e entidades do setor para ampliar o reconhecimento e as oportunidades de comercialização dos alimentos artesanais. Desde 2016, representantes da cadeia produtiva atuam pela revisão de regras que, segundo o setor, dificultavam a regularização de pequenos produtores ao aplicar exigências semelhantes às de grandes indústrias.

Entre os avanços apontados está a adoção de procedimentos de regularização e fiscalização que consideram a escala de produção e o nível de risco da atividade. Em 2025, foram registradas 115 legalizações de produtores de queijos, charcutarias e mel, frente a uma média histórica de 1,4 registro por ano, segundo dados divulgados pelo setor.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 159ª (CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA NONA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados De Recebíveis Imobiliários Das 1ª (Primeira) E 2ª (Segunda) Séries Da 159ª (Centésima Quinquagésima Nona) Emissão Da Canal Companhia De Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do *Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão Dos Certificados De Recebíveis Imobiliários Das 1ª (Primeira) E 2ª (Segunda) Séries Da 159ª (Centésima Quinquagésima Nona) Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Atrium Participações Ltda.* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 03 de dezembro de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a alteração da definição de "Conta Vinculada" constante do Termo de Securitização e demais Documentos da Operação, conforme aplicável, para que passe a contemplar a conta vinculada de titularidade da Devedora a ser aberta e mantida junto à UI3 Instituição de Pagamento S.A., destinada ao depósito dos recursos oriundos dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, em substituição à conta atualmente prevista nos Documentos da Operação; (ii) Aprovar a contratação do assessor legal Porto Puerto Advogados Associados, inscrito no CNPJ sob o nº 05.886.050/0001-31, com endereço na Rua General Jardim, 808 CJ 804, Higienópolis, CEP: 01223-010, São Paulo/SP, para atuar como assessor legal da operação e elaborar os aditamentos necessários aos Documentos da Operação, conforme aplicável, cujos honorários advocatícios serão pagos em valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais), já acrescidos de impostos, às expensas do Patrimônio Separado; e (iii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 04 de novembro de 2026.
Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

BALANÇO

SP tem queda em roubos de celulares de janeiro a setembro

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O estado de São Paulo registrou queda de 19,3% nos roubos de celulares entre janeiro e setembro de 2026, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Segundo balanço do governo estadual, foram 61.189 ocorrências nos nove primeiros meses deste ano, contra 75.859 em 2025, uma diferença de 14.670 casos.

Os dados mostram ainda que, em setembro, também houve redução. Foram registrados 6.379 roubos de celulares, ante 7.513 no mesmo mês de 2025. Ao todo, foram 1.134 ocorrências a menos, o equivalente a uma queda de 15,1%.

Na capital paulista, os roubos de celulares caíram 15,1% entre janeiro e setembro. O total passou de 46.363 ocorrências, em 2025, para 39.350, em 2026, uma redução de 7.013 casos. Em setembro, foram registrados 4.065 roubos, contra 4.713 no mesmo mês do ano passado, representando queda de 13,7%.

De acordo com o governo estadual, os resultados são reflexo de estratégias de prevenção e repressão, com operações da Polícia Militar, investigações da Polícia Civil e atuação do programa SP Mobile, que cruza boletins de ocorrência com informações fornecidas pelas operadoras de telefonia para identificar celulares roubados ou furtados que voltam a ser utilizados.

"O programa também atua para enfraquecer a cadeia de comercialização irregular de aparelhos. A estratégia busca ampliar a recuperação dos equipamentos e dificultar a venda de celulares de origem criminosa, desestimulando a receptação e o comércio ilegal que fomentam esses crimes", explicou o coordenador do SP Mobile, Rodolfo Latif Sebba.

COREANO

Suspeito de agredir idoso com voadora se entrega e é preso

ANA MAGALHÃES/AE

O comerciante coreano Denis Young Kim, acusado de agredir um idoso de 79 anos em Osasco, na região metropolitana de São Paulo, se entregou à Polícia Civil e foi preso ontem, após ter a prisão temporária decretada pela Justiça.

Kim era considerado foragido. Segundo a apuração do Estadão, ele se apresentou no 99° DP (Campo Grande), na zona sul da capital paulista. A defesa do comerciante não foi localizada.

Imagens de câmeras de segurança gravaram o momento das agressões contra o idoso, na Rua Octalles Marcondes Ferreira, no bairro Helena Maria. O caso foi registrado como tentativa de homicídio por motivo fútil pelo 5º Distrito Policial de Osasco.

A vítima, identificada como José Ricardo, caminhava com a ajuda de muletas quando um carro passou bem próximo a ele. José encostou a ponta da muleta na parte de trás do veículo. O motorista saiu do carro, deu uma voadora nas costas do idoso e depois pisou na cabeça dele.

OUTRAS ACUSAÇÕES

Kim já foi condenado a 14 anos de prisão por matar um carroceiro com uma flechada no pescoço em 2016. Também possui um histórico criminal por tentativa de homicídio contra o padrasto em 2013 e de violência doméstica em 2014.

O comerciante foi condenado pelo assassinato de um catador de materiais recicláveis no bairro do Bom Retiro, no centro de São Paulo. Na ocasião, após uma discussão de trânsito porque a carroça da vítima havia arranhado seu automóvel, ele disparou uma flecha contra o pescoço do trabalhador.

Ele cumpria a pena em regime aberto, segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), desde setembro do ano passado.

Em 2013, ele foi acusado de tentar matar o próprio padrasto a golpe de faca durante um desentendimento. No ano seguinte, voltou a ser alvo de denúncias registradas na polícia por praticar violência doméstica.

MISTÉRIO

Idoso suspeito de assassinar a ex de 24 anos é encontrado morto

ANA MAGALHÃES/AE

O pecuarista João Roberto Bolelli, de 62 anos, suspeito de matar a ex-companheira Priscila Lacerda Custodio, de 24, em Rifaina, no interior de São Paulo, foi encontrado morto com uma carta escrita à mão e uma quantia de dinheiro.

Segundo o boletim de ocorrência, o corpo do homem foi localizado pelo neto, em uma área de mata fechada, próximo à residência do pecuarista na última segunda-feira. Além dos objetos pessoais, foi apreendido um revólver calibre 38.

O conteúdo da carta e a causa da morte não foram divulgados.

Priscila foi morta com um tiro no dia 27 de outubro, às margens da Rodovia Cândido Portinari (SP-334), depois de encontrar João Roberto para lhe devolver uma caminhonete. Segundo a polícia, após efetuar o disparo, ele fugiu.

CONFRONTO

Em entrevista à EPTV, filiada à TV Globo, a advogada da família do pecuarista, Lauriani Baldini França, afirmou que, segundo parentes, o laudo prévio apontou que a causa da morte de João é desconhecida. Ainda de acordo com ela, uma quantia de R$ 100 mil em espécie desapareceu, e ela contestou relatos de testemunhas sobre o crime.

"Ela não frequentava a casa, mas, ao olhar as redes sociais, tem várias fotos de viagens com ele, filmagens dela aqui e na caminhonete", disse.

O valor mencionado pela advogada, porém, não é o dinheiro encontrado com o corpo, mas o que ele havia levado a um leilão para buscar a caminhonete. Segundo ela, é o mesmo veículo que Priscila teria ido devolver no dia em que foi morta.

"Em momento algum estamos falando que esse dinheiro foi gasto com a Priscila", afirmou à EPTV.

Já o advogado da família de Priscila, Diogo Máximo, informou que esteve em Rifaina e Franca e teve acesso ao inquérito na terça-feira. "No relatório, há informações sobre a carta e o dinheiro, mas o conteúdo do documento e o valor não aparecem", disse ao Estadão.

Máximo afirmou ainda que os parentes desconheciam o relacionamento dela com o pecuarista. "Só sabiam da relação dela com Samuel Ramos", relatou.

O delegado de plantão, Telismar Júnior, havia informado, na semana passada, que João Roberto e Priscila mantinham um relacionamento esporádico e ela já tinha sido ameaçada por ele.

"Por razões de ciúmes e da condição de sexo feminino da vítima, ele acabou matando ela", disse.

"A família do pecuarista tenta desqualificar Priscila, dizendo que ela fazia extorsão. João tinha uma ficha criminal extensa, com casos de violência, inquéritos e processos", relatou.

O advogado alegou ainda que a quebra de sigilo dos telefones de ambos vai "trazer luz ao caso". "Assim poderemos ver até que ponto ela foi coagida. A gente discute muito a violência doméstica no Brasil, mas ela não para", disse.

A Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP) afirmou que o corpo do homem foi recolhido e encaminhado ao Serviço de Verificação de Óbito (SVO) de Franca. "O caso foi registrado como morte suspeita no plantão da Delegacia Seccional de Franca", disse.

RELEMBRE O CASO

A SSP afirmou que a vítima e o suspeito mantinham um relacionamento. O crime ocorreu por volta das 21h, no km 463 da rodovia, próximo a uma propriedade rural.

Testemunhas relataram que Priscila, natural de Perdizes, no interior de Minas Gerais, foi ao local acompanhada do irmão e de uma amiga para devolver uma caminhonete ao homem. Durante uma discussão, João Roberto teria sacado uma arma e efetuado o disparo.

Priscila foi socorrida e encaminhada ao hospital do município, mas morreu na unidade de saúde.

Segundo o delegado de plantão, o suspeito já havia sido condenado por descumprir uma medida protetiva concedida a uma ex-companheira.

Procurado pelo Estadão, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) informou que "processos envolvendo violência doméstica e pedidos de medida protetiva tramitam sob segredo de justiça".

Policiais militares foram acionados e realizaram diligências na propriedade. O celular da vítima foi apreendido para análise e as testemunhas prestaram depoimento. O caso foi registrado pela Polícia Civil como feminicídio no plantão da Delegacia Seccional de Franca.

COTIA

Sobrinha-bisneta de Brigadeiro Faria Lima e o filho são encontrados mortos

ANA MAGALHÃES/AE

A advogada Anna Gabriela Faria Lima, de 29 anos, e o filho dela, Rafael Faria Lima Ferraria, de 6, foram encontrados mortos na noite de terça-feira, em um apartamento em Cotia, na Grande São Paulo. O ex-namorado dela, Eric Conrado Alves de Almeida, é apontado pela polícia como autor do duplo homicídio.

A vítima era sobrinha-bisneta do brigadeiro José Vicente de Faria Lima, que foi prefeito da capital paulista entre 1965 e 1969, e dá nome à famosa avenida na zona oeste.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP), a Polícia Civil solicitou à Justiça a prisão temporária do suspeito, que é considerado foragido.

O caso é investigado como feminicídio e vicaricídio - quando um dependente ou parente de uma mulher é assassinado com objetivo específico de causar sofrimento, punição ou controle à ela. O crime ocorreu no bairro Lajeado, em Cotia. Após a ação, o suspeito fugiu do local.

Ana Gabriela era filha de Paulo Roberto Faria Lima, ex-vereador de São Paulo, e de Márcia Bedinelli Faria Lima. Ela era neta do ex-deputado federal José Roberto Faria Lima.

Manhã Tarde Noite 36º 25º 75% 05:03 18:10

PRIMAVERA: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

MEDICAMENTO

Anvisa aprova 1º remédio de GLP-1 oral para obesidade

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, ontem, o registro para o medicamento Wegovy (semaglutida) com administração por via oral. O remédio só era disponível no Brasil na forma de solução injetável para administração subcutânea. A nova apresentação prevê administração de comprimidos uma vez ao dia, com escalonamento progressivo de dosagem, iniciando com 1,5 miligramas (mg) e avançando para 4 mg e 9 mg, até atingir a dose diária de manutenção recomendada, fixada em 25 mg.

O medicamento deve ser tomado em jejum, com pequena quantidade de água, aguardando-se pelo menos 30 minutos antes da ingestão de alimentos, bebidas ou outros medicamentos.

O produto é indicado para o tratamento da obesidade e do sobrepeso (associado a comorbidades) em adultos, como complemento a uma dieta saudável e à prática de atividade física.

O medicamento é o primeiro agonista do hormônio glucagon tipo 1 (GLP-1) em formato oral aprovado para uso no país.

"A semaglutida atua na regulação do apetite e da ingestão alimentar, promovendo redução do peso corporal e melhora de parâmetros metabólicos associados à obesidade", diz a Anvisa.

TERAPIA

Para a agência reguladora, a chegada da nova apresentação traz mais flexibilidade terapêutica aos pacientes e profissionais de saúde, o que inclui a possibilidade de transição entre as formulações oral e subcutânea, quando clinicamente apropriado, de acordo com as orientações aprovadas em bula.

A aprovação do registro teve como principal sustentação os resultados do estudo clínico pivotal de fase 3, denominado OASIS 4, que avaliou a eficácia da semaglutida oral na dosagem de 25 mg em adultos com obesidade ou sobrepeso associado a comorbidades.

Durante a pesquisa, que acompanhou os participantes ao longo de 64 semanas, o grupo tratado com a medicação registrou uma perda média de peso corporal superior a 13%. Além do desempenho significativamente superior ao do grupo placebo, o tratamento promoveu melhora em diversos marcadores de saúde cardiometabólica dos pacientes.

DOENÇA CRÔNICA

A obesidade é uma doença crônica, progressiva e multifatorial, associada ao aumento do risco de diversas condições clínicas, incluindo diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial, dislipidemia, doença cardiovascular e apneia obstrutiva do sono.

PARCERIA

Entidades desenvolvem IA para identificação de doenças de pele

BRUNO BOCCHNI/ABRASIL

Uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Einstein Hospital Israelita desenvolveu um sistema com inteligência artificial para apoiar profissionais de saúde pública na triagem e identificação de doenças de pele.

A iniciativa, chamada CUTIS-AI, utiliza como base imagens da lesão da pele do paciente e dados clínicos, epidemiológicos e sociodemográficos que refletem a realidade brasileira.

Entre as doenças que podem ser identificadas estão esporotricose, leishmaniose cutânea, hanseníase, cromoblastomicose, lobomicose, tuberculose cutânea, além de lesões decorrentes de acidentes loxoscélicos (picada de aranha marrom).

O aplicativo que viabiliza o uso da IA, que ainda está em estudo, foi desenvolvido a partir de entrevistas com profissionais de saúde da atenção básica. O app pode ser utilizado mesmo em locais em que não há conexão com a internet. A taxa de acerto do aplicativo já é de cerca de 80%.

A proposta do CUTIS-AI, no entanto, é utilizar a inteligência artificial como ferramenta de apoio, sem substituir a avaliação clínica realizada pelos profissionais de saúde.

"O CUTIS-AI foi criado para ampliar a capacidade de identificação dessas doenças, que ainda podem representar um desafio para os profissionais de saúde, especialmente em regiões com menor disponibilidade de especialistas. Ao reunir imagens das lesões, estamos construindo uma base de dados robusta, que contribuirá para o desenvolvimento de uma tecnologia útil na ponta, principalmente para a Atenção Primária à Saúde", destacou a cientista de dados do Einstein Hospital Israelita, Isabelle Carvalho.

O estudo com o aplicativo já analisou cerca de 1,4 mil pacientes e conta com mais de 4 mil imagens de lesões. A diversidade de pacientes ajuda a treinar a inteligência artificial com exemplos variados, tornando o modelo mais preparado para identificar as características das lesões.

"Quando falamos em inteligência artificial aplicada à saúde, a qualidade e a diversidade dos dados são fundamentais. Uma tecnologia desenvolvida a partir de uma população específica pode não apresentar o mesmo desempenho quando aplicada a outros grupos. Por isso, construir uma base brasileira, com diferentes fototipos de pele, regiões, condições de vida e perfis epidemiológicos é essencial" ressaltou o secretário de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Fabiano Geraldo Pimenta Junior.

GENTE QUE NÃO PRESTA

TRT manda mulher de senador eleito apagar vídeo contra petistas

LÓREN SOUZA/AE

Na última sexta-feira, o Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT) determinou, de forma liminar, que Lais Jordy (PL-RJ), suplente na Câmara dos Deputados e esposa do deputado Carlos Jordy (PL-RJ), eleito senador, apague de suas redes sociais uma publicação em que aconselha empregadores a demitir funcionários por razões políticas.

A decisão atende a uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT-RJ) após o recebimento de denúncias contra Lais Jordy pela publicação do vídeo.

Na publicação, Lais se dirige a empresários e recomenda que eles dispensem funcionários que votaram no atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou em seu partido, o PT. Ela ainda pede que a publicação seja compartilhada para que mais pessoas tenham acesso à ideia.

"A todos os empresários do Brasil. Vocês que acordam cedo, que trabalham duro, que pagam impostos em cima de impostos para manter o seu negócio. Eu quero falar o seguinte: demita um petista. Sabe por quê? O voto dele prejudica o teu negócio, prejudica a tua família, prejudica a tua vida. E vocês merecem respeito. Então, compartilhe esse vídeo para que mais e mais pessoas possam fazer parte dessa corrente", declarou em vídeo. A prática incentivada por Lais viola direitos básicos dos trabalhadores.

O juiz do trabalho que avaliou o caso, Hernan Fleury Chaves Ribeiro, entendeu que a mensagem teria alcance massivo uma vez que Lais é uma figura pública e conta com mais de 230 mil seguidores em uma rede social. Além disso, ele considerou que a mensagem estimulava discriminação.

"A permanência do vídeo na internet potencializa a hostilidade no meio ambiente laboral, incitando empregadores a promoverem retaliações e dispensas discriminatórias, o que fragiliza a estabilidade das relações de trabalho e atinge a subsistência de trabalhadores em razão de suas convicções políticas e partidárias", avaliou.

A liminar também proíbe Lais de veicular, publicar, impulsionar, compartilhar ou fomentar qualquer conteúdo que incite, oriente ou estimule ações discriminatórias, perseguição ou prejudiciais contra trabalhadores por razões partidárias ou políticas sob pena de R$ 20 mil por ato.

O MPT pediu ainda indenização no valor de R$ 500 mil por danos morais coletivos, o que ainda será avaliado no julgamento definitivo do processo.

40 ANOS

Urbanização em favelas quase triplicou e vegetação diminuiu

FABÍOLA SINIMBÚ/ABRASIL

A área urbanizada em favelas e comunidades no Brasil passou de 60,2 mil hectares para 151,7 mil hectares entre os anos de 1985 e 2025. A vegetação existente em cada hectare urbanizado nas comunidades caiu de 0,060 para 0,040 no mesmo período.

Embora as pessoas associem favelas com áreas urbanas, nem todas são caracterizadas dessa forma, por não terem alta concentração de edificação, vias de circulação e infraestrutura.

Os dados são de um novo recorte da Coleção 11 de mapas anuais de cobertura e uso da terra no Brasil do MapBiomas, divulgado ontem. Segundo Júlio Cesar Pedrassoli, coordenador do tema Urbano, o estudo demonstra que o encolhimento das áreas verdes em favelas as torna mais suscetíveis aos eventos climáticos adversos.

"Para adaptar as cidades às mudanças climáticas, precisamos olhar para onde o verde se perdeu e onde os territórios ficam mais expostos, e esse mapa precisa incluir as favelas", diz.

Em 1985, as favelas tinham 43% mais vegetação intraurbana do que as demais áreas urbanas do país. Em 2025, a situação se inverteu e a disponibilidade de vegetação intraurbana nas favelas era 15% menor do que nas demais áreas urbanizadas.

No período de 40 anos, a vegetação intraurbana nas favelas cresceu apenas 1,7 vezes, enquanto nas áreas urbanizadas fora delas aumentou 2,6 vezes.

Também cresceram 2,6 vezes as áreas urbanizadas sem vegetação nas favelas, enquanto nas áreas urbanizadas fora das favelas o crescimento de locais sem vegetação foi menor, com aumento de 2,3 vezes

Em 2025, havia 12,3 mil favelas no país, distribuídas em 651 municípios, sendo que 60,3% da urbanização existente nesses locais surgiram após 1985 e, nesse período de 40 anos, 42,4% pelo menos dobraram de tamanho.

O crescimento das áreas urbanizadas no território nacional foi de 132% no período, quando passou de 1,9 milhão para 4,4 milhões de hectares, somando mais de 2,5 milhões de hectares. Já a participação das favelas em áreas urbanizadas no país cresceu pouco, passando de 3,2%, em 1985, para 3,4% em 2025.

Apesar do crescimento das áreas urbanizadas, a vegetação urbana total, que reúne a vegetação intraurbana e a periurbana – localizada nos arredores - diminuiu de 6,5 milhões para 4,1 milhões de hectares, o equivalente a uma redução de 35,9%.

Com a queda, a área sem vegetação nas regiões urbanizadas do país chegou, em 2025, a 4,24 milhões de hectares.

O estudo cruza ainda esses dados com a temperatura em áreas urbanizadas, que apontam intensidades média maior nas ilhas de calor em áreas com menos de 10% de cobertura vegetal. Nesses locais, o verão pode ser até 7 °C mais quente que em áreas não urbanizadas com cobertura verde.

Para Pedrassoli, esse número trazem uma reflexão sobre resiliência climática, soluções baseadas na natureza e qualidade de vida urbana.

"Pela primeira vez na série, a área urbanizada sem vegetação supera a área da vegetação urbana. Em 1985, a vegetação era 3,5 vezes maior que a área sem vegetação. É um marco que mostra o quanto o desenho das nossas cidades depende do quanto de verde conseguimos preservar e, ao mesmo tempo, incorporar na mancha urbana", conclui.

RD SAÚDE

Órgãos públicos ainda não conseguem combater mercado ilegal de 'GLP-1'

JÚLIA PESTANA/AE

O presidente da RD Saúde, Renato Raduan, alertou para o risco de uma tragédia sanitária provocada pelo consumo de medicamentos GLP-1 vendidos ilegalmente no Brasil. Para ele, o mercado paralelo desses tratamentos, utilizados contra diabetes e obesidade, continua elevado, sem sinais de que as autoridades estejam conseguindo conter sua expansão.

"Temos medo que, mais dia menos dia, alguma tragédia sanitária por aí aconteça, se é que já não aconteceu e simplesmente não sabemos", afirmou Raduan, durante teleconferência de resultados

Segundo o executivo, a percepção de risco dos consumidores tem diminuído à medida que cresce o número de pessoas que usam medicamentos adquiridos fora do mercado formal.

A RD Saúde ainda não identifica sinais de que órgãos públicos e entidades do setor estejam conseguindo combater o comércio paralelo. O executivo acredita que a maior acessibilidade dos medicamentos no mercado formal poderá ajudar a reduzir a procura por produtos ilegais.

No mercado formal, a chegada de novos concorrentes já começa a melhorar as condições de venda da RD Saúde. Segundo Raduan, fabricantes de medicamentos à base de semaglutida estão negociando margens brutas superiores a 20%, próximas de 25%, acima dos níveis praticados anteriormente.

"O preço caiu muito rápido, mais rápido do que todos esperavam", afirmou o executivo. A avaliação é que novas reduções não ocorram na mesma velocidade, enquanto a maior disponibilidade dos produtos pode impulsionar os volumes vendidos.

Os medicamentos GLP-1 representam cerca de 12% das vendas da RD Saúde, sendo de 3,5% a 4% provenientes da semaglutida. A companhia ainda enfrenta restrições no abastecimento de medicamentos similares desse princípio ativo, mas espera uma melhora no quarto trimestre. SUS e

FALSIDADE

OAB-RJ tem mais de 3 mil denúncias sobre golpe do falso advogado

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio (OAB-RJ), encaminhou à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro proposta de inclusão de opção específica para o registro de ocorrências relacionadas ao golpe do falso advogado no portal da Polícia Civil.

A medida deve facilitar a comunicação por parte de vítimas e permitir a identificação mais precisa dos casos, contribuindo para o enfrentamento ao golpe. Desde janeiro de 2025, a OAB-RJ já recebeu mais de 3 mil denúncias sobre esse tipo de fraude.

O pedido foi formalizado em ofício assinado pela presidente da seccional, Ana Tereza Basilio. O documento solicita a avaliação da viabilidade técnica e administrativa da atualização, respeitados os critérios de classificação criminal e os procedimentos adotados pela Polícia Civil.

"O golpe do falso advogado prejudica a população e utiliza indevidamente a identidade de profissionais da advocacia para enganar as vítimas. Queremos facilitar o registro dessas ocorrências e contribuir para que os órgãos de segurança tenham informações mais organizadas para enfrentar essas fraudes. É uma medida concreta de proteção à sociedade e à advocacia", afirma Ana Tereza Basilio.

Na prática, a proposta é que o sistema passe a oferecer a opção Golpe do Falso Advogado na seção destinada à comunicação e ao registro de ocorrências.

Segundo o ofício, a inclusão de uma categoria própria pode facilitar a formalização dos relatos, contribuir para a sistematização das informações e fortalecer a articulação entre a OAB-RJ e os órgãos de segurança pública.

No documento, a OAB-RJ explica que os criminosos utilizam indevidamente nomes, imagens, números de inscrição profissional e outros dados de advogados e advogadas para dar aparência de legitimidade às abordagens fraudulentas. O golpe tem o objetivo de induzir as vítimas a realizar pagamentos ou fornecer informações pessoais e financeiras aos criminosos.

MEIO AMBIENTE

Municípios mineradores contestam dispositivos da Lei de licenciamento

JOÃO CAIRES/AE

A Associação Brasileira dos Municípios Mineradores (AMIG Brasil) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para participar como amicus curiae de julgamento de ações que questionam dispositivos da Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei 15 190/2025). A associação aponta "risco de enfraquecimento" da fiscalização ambiental e de redução da participação das prefeituras nas decisões sobre grandes empreendimentos de mineração.

O pedido foi encaminhado ao ministro Alexandre de Moraes, no âmbito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7.913, 7.916 e 7.919 e da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 102. A associação quer apresentar ao ministro a perspectiva dos municípios que convivem diretamente com os impactos ambientais, sociais e econômicos da atividade mineral.

Um dos principais pontos questionados pela AMIG é a possibilidade de conclusão do licenciamento ambiental sem a verificação prévia da compatibilidade do empreendimento com as normas municipais de uso e ocupação do solo.

Para a entidade, a previsão pode enfraquecer a autonomia das prefeituras e comprometer o planejamento territorial, sobretudo em cidades onde a mineração exerce influência sobre a infraestrutura e a dinâmica urbana.

A associação também contesta dispositivos que, em sua avaliação, podem restringir a exigência de medidas de prevenção, mitigação e compensação de impactos indiretos e cumulativos dos empreendimentos. Entre os efeitos citados estão o aumento do tráfego de veículos pesados, a sobrecarga de rodovias e vias municipais, alterações nos sistemas de drenagem e maior demanda por serviços públicos.

Na avaliação da entidade, a restrição desses mecanismos pode transferir aos municípios parte dos custos decorrentes da atividade mineral, mesmo quando as prefeituras não tenham participado adequadamente das decisões sobre os empreendimentos. A AMIG defende que as empresas continuem sujeitas a medidas proporcionais quando houver comprovação de relação entre suas atividades e os impactos identificados.

Outro ponto levado ao Supremo envolve a dispensa de licenciamento para determinadas intervenções classificadas como melhorias de infraestrutura em instalações existentes. A associação teme que a regra permita ampliações da capacidade produtiva sem avaliação ambiental adequada, caso intervenções sucessivas sejam analisadas isoladamente, sem considerar seus efeitos acumulados.

A AMIG também questiona regras que, segundo sua interpretação, podem levar à interrupção automática de medidas de fiscalização e proteção ambiental adotadas por órgãos de outros entes federativos. A entidade sustenta que a competência de um órgão para conduzir o licenciamento não elimina as atribuições constitucionais de Estados e municípios para fiscalizar e atuar na prevenção de danos ambientais.

SENADO

Lula pede e Alcolumbre barra votação de PEC da Maioridade

LEVY TELES E NAOMI MATSUI/AE

CARLOS MOURA/AGENCIA SENADO



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou em campo ontem, para adiar a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Maioridade Penal. Esse esforço envolveu especialmente integrantes do Ministério da Justiça e senadores que se opõem de forma ferrenha à pauta.

Lula ligou para o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e ponderou que a Câmara já trabalha com o tema antes. Ele pediu para que fosse dada prioridade à tramitação do projeto na Câmara e com participação popular, realizando audiências públicas, sem tramitação acelerada.

A jornalistas, Alcolumbre disse ter sido procurado por Motta, que pediu pela tramitação prioritária da Câmara. Motta também disse a Alcolumbre que trabalharia para que a Casa dele votasse a matéria até novembro.

"Vou atender a esse pedido do presidente Motta e não vou colocar em deliberação hoje. Vou aguardar a Câmara. Ele fez um compromisso comigo de que, neste mês de novembro, ele votará lá e quando chegar, vamos votar aqui", declarou Alcolumbre, durante sessão do plenário.

A oposição, do outro lado, aposta no adiamento como forma de atacar Lula. Isso porque o presidente reeleito disse, durante a campanha, ser a favor da maioridade penal para 16 anos para crimes hediondos. Até a noite desta terça-feira, o grupo trabalhava para a provar a PEC ainda nesta quarta-feira.

Após ouvir os pares senadores, Alcolumbre disse na tarde desta quarta-feira que acatou ao pedido de Motta em razão da harmonia entre as duas Casas do Congresso.

"O nosso modelo bicameral exige que o presidente da Câmara trate com o presidente do Senado a todo instante. Muita das vezes não teremos um bom êxito se o Senado e a Câmara deliberar a partir da comissão, que está tramitando a mais tempo", afirmou Alcolumbre.

Na noite desta terça-feira o senador Eduardo Braga (AM), líder do MDB no Senado, que sugeriu a apresentação de um "calendário especial" no plenário da Casa, que aceleraria a tramitação da PEC. Nos bastidores, nesse mesmo dia, senadores petistas do alto clero já tratavam com aliados para votar a PEC o mais rápido possível.

O Palácio do Planalto entrou em ação no dia seguinte. A estratégia do grupo consiste em apoiar a PEC em tramitação na Câmara para ganhar tempo. Ainda que Lula tenha se posicionado favorável à redução da maioridade penal, o tema é muito sensível dentro do PT, que teve posição historicamente contrária.

A Câmara aprovou uma PEC que reduz a maioridade penal em junho e instalou a comissão especial (passo exigido para a proposta avançar) sobre o tema em agosto. A tramitação na Câmara exige aprovação da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, uma aprovação seguinte na comissão especial após 40 sessões para só então o aval definitivo no plenário.

O relator da PEC na Câmara, deputado Mendonça Filho (PL-PE), argumentou que se o Senado aprovar uma PEC antes dos deputados, desaceleraria a tramitação da proposta.

"Aprovar a PEC primeiro no Senado vai de encontro a quem quer acelerar o processo de tramitação", disse. Isso porque, nessa hipótese, essa proposta voltaria a ser analisada na CCJ, para depois voltar a tramitar em uma outra comissão especial.

Braga voltou a fazer o apelo para que a PEC da Maioridade fosse votada no plenário Senado. "É chegada a hora de darmos um passo adiante. Encontra-se na Secretaria-Geral da Mesa um requerimento com mais de 50 assinaturas pedindo urgência e quebra de insterstício da PEC 19 e a PEC 20 (ambas sobre a maioridade penal), para que possamos votar essa matéria", afirmou.

Para ele, votar a PEC antes no Senado não seria "atropelar" a Câmara, mas uma forma de responder, de forma simples, uma demanda da população. Ele disse ter procurado a líder do governo no Salão Azul, Teresa Leitão (PT-PE), que manifestou resistência à aprovação célere da PEC. No dia anterior, Leitão disse que aceita a discussão sobre o tema, mas sem "açodamento".

Braga disse respeitar a posição de Leitão, mas ponderou que essa foi uma das pautas que levaram à vitória de Lula no segundo turno. "Estamos enfrentando várias questões que foram pauta da eleição que deu vitória ao presidente Lula", afirmou. Alcolumbre então disse que atenderia ao pedido feito por Motta.

Na terça-feira, Alcolumbre já tinha dito aos senadores que, se a Câmara votasse a PEC até novembro, votaria essa proposição no Senado no dia seguinte à aprovação.

O tema da maioridade penal chegou por meio da PEC da Segurança Pública. Ainda durante as eleições, a oposição tentou inserir nessa proposta a redução da maioridade penal para 16 anos em quase todos os crimes e para 14 anos no caso de crimes hediondos

Esse movimento levou à reação do governo, que apresentou proposta similar, com a diferença de que a redução da maioridade só seria para 16 anos, apenas na hipótese de crimes hediondos.

Nos bastidores, o relator da PEC da Segurança Pública, Rogério Carvalho (PT-SE), evitou que a PEC da Segurança ficasse travada pela discussão da maioridade e propôs uma tramitação separada das duas emendas, conforme antecipou o Estadão.

FORAGIDO

Alcolumbre diz que avaliará situação de Flávio no Senado

NAOMI MATSUI/AE

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou ontem, que avaliará a situação do senador Flávio Bolsonaro (PL), que fugiu para os Estados Unidos após ser derrotado na disputa presidencial. A declaração vem após o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), questioná-lo sobre o motivo de Flávio ter conseguido votar sobre a PEC da Segurança.

"O senador Flávio Bolsonaro teve condições de votar ontem por um único motivo, por toda sessão convocada semipresencial, nossos colegas senadores podem votar pelo aplicativo e registrar presença ... Vamos avaliar a questão de ordem apresentada por Vossa Excelência para ver qual encaminhamento podemos dar", declarou Alcolumbre, durante sessão.

Randolfe argumentou que Flávio deixou o Brasil sem comunicar o Senado.

DECISÃO DE FACHIN

PGR tem 15 dias para se manifestar sobre indiciamento de Vorcaro

GUSTAVO CÔRTES/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, abriu prazo de 15 dias para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste sobre o indiciamento do dono do banco Master, Daniel Vorcaro. No despacho, publicado ontem, ele afirma que os relatórios da Polícia Federal estão parcialmente concluídos. Diz ainda que investigadores pediram prazo adicional para examinar laudos periciais em elaboração. O processo, segundo ele, é necessário para "verificação da materialidade dos fatos, à reconstrução dos fluxos financeiros e à adequada individualização de conduta". Vorcaro está preso desde março enquanto é investigado por fraude contra o sistema financeiro nacional na emissão de títulos falsos. Ele é acusado de transferir R$ 12,2 bilhões em carteiras de ativos inexistentes para o Banco de Brasília (BRB). A PF o enquadrou em tipos penais como corrupção ativa, gestão fraudulenta, obstrução de justiça, lavagem de dinheiro e ocultação de bens.

PORTO

Receita apreende 15 toneladas de produtos irregulares no Rio

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Receita Federal apreendeu, ontem, contêiner com aproximadamente 15 toneladas de mercadorias irregulares no Porto do Rio de Janeiro. A carga, proveniente da China, continha cerca de 243 mil itens e foi avaliada em R$ 3,6 milhões.

Durante a fiscalização, a mercadoria foi inicialmente declarada como guarda-chuvas, produtos de baixo valor comercial. No entanto, a verificação física realizada pelos servidores da Receita Federal revelou a presença de cosméticos importados sem a devida anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), além de produtos com indícios de fraude de marcas regularmente registradas no Brasil.

A apreensão integra as ações da Operação Fronteira Receita Federal 2026, iniciativa de vigilância e repressão em rotas utilizadas para a prática de ilícitos como contrabando, descaminho e tráfico de drogas, armas, fauna e flora.

A ação reúne órgãos de segurança pública, fiscalização e defesa, promovendo o compartilhamento de inteligência e a atuação integrada no combate ao crime organizado.

DISPUTA NO SENADO

Lupion diz que Tereza Cristina e Rogério Marinho não vão se enfrentar

ISADORA DUARTE/AE

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado federal Pedro Lupion (Republicanos-PR), afirmou que a senadora Tereza Cristina (PP-MS) e o senador Rogério Marinho (PL-RN), não vão se enfrentar na disputa pela Presidência do Senado. "A disputa no Senado só vai acontecer em fevereiro. Até lá, tem chão pela frente e novos senadores só assumem em fevereiro. Não se preocupem que não haverá disputa na direita, Tereza Cristina e Rogério Marinho não vão se enfrentar", afirmou Lupion em vídeo divulgado nas redes sociais.

Na terça-feira, a senadora, que é também vice-presidente da bancada do agro na Casa, reafirmou que manterá a candidatura pelo comando do Senado e quer ser a primeiro mulher presidente da Casa. Já Marinho, líder da oposição no Senado, afirmou que não concorrerá contra a senadora e que há um acordo entre eles para evitar essa disputa. O PL deve anunciar a candidatura de Marinho à Presidência do Senado.

Lupion afirmou no vídeo que os movimentos que ocorrem no momento visam buscar uma "grande composição". "O que está havendo é a possibilidade de buscar o nome mais adequado para ter votos tanto da direita quanto do centrão para conseguir fazer o número necessário para fazer frente a Davi Alcolumbre que é muito forte e tem toda estrutura no Senado, onde está como presidente há bastante tempo", ponderou Lupion. O líder da bancada agropecuária citou ainda que a direita precisa se organizar para este pleito. "Não se preocupem que Tereza não vai enfrentar Rogério e Rogério não vai enfrentar Tereza", concluiu no vídeo.

De acordo com Lupion, a bancada ainda não discute qual candidato apoiará tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, mas acompanha as articulações feitas pela senadora Tereza Cristina. A FPA vê a maioria dos senadores que integram a bancada mais tendente a uma eventual candidatura à Presidência do Senado da senadora Tereza Cristina (PP-MS) ou do senador Rogério Marinho.

CNJ

Certidões de óbito devem conter morte no caso de ação policial

LÓREN SOUZA/AE

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que vítimas fatais de ações de órgão de segurança pública devem ter em suas certidões de óbito contexto de ação policial, além da causa médica.

A medida foi aprovada em sessão virtual, ocorrida na última quinta-feira, e responde a debates realizados no Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário (ODH).

A resolução será aplicada ao registro de óbito, nos casos de morte presumida em decorrência ou no contexto de intervenções dos órgãos de segurança pública e à retificação da certidão de óbito quando houver decisão judicial que reconheça, de forma expressa ou suficientemente determinada.

A medida prevê o uso de procedimentos simplificados para que os familiares solicitem a inclusão dessa informação, o que inclui pedido judicial específico em caso de não haver decisão anterior sobre a causa da morte.

Além disso, o texto prevê o uso de linguagem padronizada e não estigmatizante e a não retirada da informação sobre a causa da morte. O registro do contexto do óbito não implica responsabilidade civil, administrativa ou penal do Estado ou de agentes públicos de forma automática.

Segundo o CNJ, os registros de óbito de pessoas mortas em intervenções de órgãos de polícia não trazem o contexto da morte, apenas a causa médica. A população jovem, negra e periférica seria a mais afetada pela situação.

A medida tem como objetivo aumentar a integridade dos registros públicos e subsidiar o monitoramento institucional e estatístico do fenômeno da letalidade estatal.

O presidente do CNJ, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, afirmou que a ausência desse tipo de registro compromete os registros públicos, o que impede o Estado de ter dados confiáveis para elaborar políticas de prevenção. Além disso, dificulta que as famílias possam provar as circunstâncias e tenham acesso a reparações.

A nova medida visa "assegurar a dignidade, a verdade, a memória e a não estigmatização dos assentos de óbito, conferir segurança jurídica à atuação dos registradores civis e da magistratura", declarou o presidente em seu voto.

MTE

Assédio eleitoral supera 7 mil denúncias, aponta ministério

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

ABRASIL



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) já recebeu mais de 7 mil denúncias de assédio eleitoral no ambiente de trabalho. Diante do aumento dos relatos, o ministro Luiz Marinho (**foto**) fez um apelo ontem a empresários que tenham ameaçado ou demitido funcionários por razões políticas, que recuem e se retratem publicamente.

“Aproveito para me dirigir a todos que ainda pensam em fazer esse tipo de bobagem, recuem”, afirmou o ministro em entrevista coletiva para explicar os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Marinho reiterou que a intenção do governo não é punir empregadores preventivamente, mas assegurar que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados.

Para empresários que cogitaram dispensar funcionários em razão do resultado eleitoral, ele sugeriu uma retratação nas redes sociais.

“Para quem eventualmente pensou em demitir alguém por causa do resultado eleitoral, faça o seu recuo tático e se desculpe nas redes. Está tudo certo. Não precisaremos punir ninguém por isso. Mas a punição será, se demitiu por questões políticas, será severamente punido”, declarou.

DENÚNCIAS

O volume de denúncias de assédio eleitoral quase dobrou na semana seguinte ao segundo turno das eleições presidenciais. Depois da divulgação do resultado, circularam nas redes sociais listas de boicote a estabelecimentos comerciais e publicações que incentivaram a demissão de trabalhadores por suas preferências políticas.

Até 31 de outubro, o Ministério do Trabalho havia formalizado 4.305 denúncias. Nesta quarta-feira, Marinho informou que o total ultrapassa 7 mil notificações.

O ministro, no entanto, ponderou que nem todos os relatos correspondem necessariamente a situações concretas de assédio.

“Evidentemente, tem que separar o que é denúncia e o que é encher linguiça. É quase como chamar o bombeiro quando não se tem incêndio. Das 7 mil, não sei qual é a proporção de denúncias que são reais e concretas”, esclareceu.

As ocorrências são analisadas pela Auditoria Fiscal do Trabalho. O número de notificações, portanto, não significa que todos os casos tenham sido comprovados.

PUNIÇÕES

A legislação brasileira proíbe a discriminação de trabalhadores por convicções políticas. Empregadores que adotem práticas desse tipo podem ser responsabilizados.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) pode recomendar que o responsável interrompa a conduta ilícita e se retrate publicamente em até 24 horas. Também pode exigir o pagamento de indenizações por danos morais individuais ou coletivos.

Em casos de demissão discriminatória, o trabalhador pode optar pela reintegração ao emprego, com pagamento dos salários referentes ao período de afastamento, ou pelo recebimento em dobro da remuneração correspondente ao intervalo.

A empresa também pode ficar sujeita a multa equivalente a dez vezes o maior salário pago, com acréscimo de 50% em caso de reincidência. Além disso, pode ser proibida de obter empréstimos e financiamentos em instituições financeiras oficiais.

Crime ambiental

Pará registra maior exploração madeireira dos últimos cinco anos

CAMILA BOEHM/ABRASIL

O estado do Pará registrou 60.664 hectares de exploração madeireira entre agosto de 2024 e julho de 2025, a maior área desde o ciclo 2019-2020. Além disso, o resultado representa um aumento de mais de 40% em relação ao ciclo anterior, de agosto de 2023 a julho de 2024.

Divulgados ontem, os dados são do Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex), da Rede Simex, formada por três instituições de pesquisa ambiental: Imazon, Instituto Centro de Vida (ICV) e Imaflora.

Os pesquisadores cruzaram os registros de áreas de exploração madeireira, identificados por meio de imagens de satélite, com as autorizações para a atividade emitidas pelos órgãos competentes.

Do total mapeado, 41.538 hectares (68%) foram explorados em áreas autorizadas e 19.126 hectares (32%) de forma ilegal.

O levantamento mostrou ainda que, enquanto a atividade autorizada cresceu mais de 83% em relação ao último ciclo, a realizada sem autorização diminuiu cerca de 6%.Segundo a pesquisadora do Imazon, Camila Damasceno, a redução da extração ilegal é algo positivo. No entanto, a área ainda representa uma extensão equivalente a mais de 19 mil campos de futebol de florestas afetadas.

“Os números mostram que há muito a avançar. Precisamos fortalecer a fiscalização, ampliar as ações de combate e responsabilização dos infratores e criar mecanismos de incentivo ao manejo florestal, principalmente o comunitário”, afirmou a pesquisadora, em nota.

Para o coordenador do programa de monitoramento da Amazônia do Imazon, Carlos Souza Jr., apenas comemorar a queda percentual da área explorada de forma ilegal significaria ignorar o impacto concreto dessa perda na floresta.

“Considerando um cenário conservador de extração de duas a três árvores por hectare, foram derrubadas e inseridas no fluxo comercial entre 38 mil e 57 mil árvores, sem plano de manejo, vistoria ou rastreabilidade de sua procedência”, explica Carlos.

Ele acrescenta que, quando essa quantidade massiva de madeira chega ao mercado sem garantia de origem, todo o setor florestal é prejudicado. “[Isso enfraquece] os esforços de transparência e os investimentos de quem opera de forma regularizada no estado.”

TERRAS INDÍGENAS

O levantamento indicou que as terras indígenas do estado concentram apenas 2% de toda a atividade sem autorização detectada. De acordo com os especialistas do Imazon, o resultado reforça a importância desses territórios como barreiras à expansão de crimes ambientais.

Foram 424 hectares de extração de madeira ilegal entre agosto de 2024 e julho de 2025 nas terras indígenas. Segundo a Rede Simex, esse é o segundo menor volume da série histórica, ficando atrás apenas do calendário de agosto de 2019 a julho de 2020, quando foram identificados 158 hectares.

“A redução da extensão afetada não significa que o problema esteja resolvido. A ocorrência de exploração ilegal em uma área protegida é extremamente sensível e exige atenção urgente”, alertou Camila.

Os dados mostram que a ilegalidade identificada no período ficou concentrada em um único local: a Terra Indígena Amanayé. Segundo a pesquisadora, esta é a quinta vez consecutiva em que a TI aparece nos boletins da Rede Simex, o que evidencia a continuidade das invasões na região.

Ela ressalta que, além dos danos ambientais, essa exploração representa violações aos direitos dos povos originários. “Expõe as comunidades a conflitos, ameaças e restrições ao direito de circular livremente em sua própria terra, com possíveis impactos sobre a saúde e os modos de vida tradicionais.”

Em 4 estados

Eleições EUA: sete brasileiros são eleitos no Legislativo

KARLA SPOTORNO/AE

Brasileiros saíram vitoriosos das eleições americanas. Literalmente. Sete candidatos à eleição ou reeleição nas câmaras legislativas de quatro Estados americanos venceram a corrida eleitoral. Um dos desafios enfrentados pela veterana democrata Rita Mendes, reeleita para o terceiro mandato na assembleia de Massachusetts, foi convencer o eleitor brasileiro no Estado, onde o candidato Flávio Bolsonaro (PL) venceu a corrida presidencial. Ela conta que, por se identificarem com a direita brasileira, esses eleitores entendiam que seria natural optar pelos candidatos republicanos apoiados pelo presidente Donald Trump.

Mendes conta que o esforço foi mostrar como a vida havia mudado sob o governo Trump. "Muitos dos imigrantes também viveram a jornada típica do imigrante. Ficaram indocumentados por algum tempo até se regularizar. Muitos dos brasileiros aqui são empresários, pagadores de impostos e grandes empregadores", afirmou a deputada reeleita em Massachusetts e ex-vereadora.

"Sonhamos com algo, mas ganhamos muito mais. Vimos que as pessoas realmente se importam e que se organizaram", conta Lorena Betts, eleita pelo partido democrata para o primeiro mandato no Estado de Massachusetts. Assim como Mendes, Betts tem entre as causas pelas quais luta a imigração. O tema sensibilizou imigrantes e não-imigrantes porque a campanha republicana havia prometido deportar as pessoas sem documentação regular que cometiam crimes, mas o governo passou a perseguir "famílias trabalhadoras". "Muitas pessoas me procuraram para poder atuar nesse tema. Conseguimos aprovar o Protect Act com a governadora reeleita, a democrata Maura Healey, que proíbe que a polícia aborde os imigrantes em lugares como escolas", disse Mendes.

Betts, que chegou nos Estados Unidos em 2011 para trabalhar e estudar como au pair, conta que as urnas entregaram dois resultados. "Nessa eleição, fizemos uma campanha forte de base, e conseguimos duas coisas. Uma é que as pessoas se importam com o que está acontecendo no país. A outra é que conseguimos nos organizar, engajar", diz a deputada estadual eleita. A brasileira, que cresceu no Mato Grosso e trocou a carreira em enfermagem no interior paulista pela de tradutora e intérprete nos Estados Unidos, enxerga um outro quadro eleitoral para 2028. "Há uma mensagem muito clara dessas eleições. O status atual, a forma como as pessoas e as comunidades são tratadas não é aceitável", afirma.

REDUTO REPUBLICANO

O fluminense Felipe Sousa-Lazaballet venceu a eleição pelo 42º distrito da Flórida e festejou nas redes sociais. "Cheguei aqui sem documentos, sem nada em meu nome, e agora terei o privilégio incrível de lutar pelos meus amigos e vizinhos como representante eleito", escreveu Sousa-Lazaballet. O deputado eleito foi beneficiado pelo programa Deferred Action for Childhood Arrivals (Daca), sigla em inglês para Ação Diferida para Chegadas na Infância, criado durante o governo do então presidente Barack Obama.

Chile

Antonio Kasf defende ‘democracia' e deve vir ao para posse de Lula

DANIEL WETERMAN/AE

O presidente do Chile, José Antonio Kast, afirmou ao Estadão ontem, que estará no Brasil para a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o quarto mandato no Palácio do Planalto. Aliado político da família Bolsonaro, Kast defendeu a "manutenção da democracia".

As declarações ocorreram logo após Kast ser recebido pelo Papa Leão XIV no Vaticano ontem. O chileno também se reuniu com o secretário para as Relações com os Estados e as Organizações Internacionais, dom Paul Richard Gallagher.

"Tive a possibilidade de cumprimentar o presidente reeleito Lula, falamos com ele, e vamos estar também na sua posse, em 5 de janeiro", disse Kast ao Estadão, sobre o telefonema ao presidente brasileiro depois do resultado do segundo turno no último dia 25.

Na ocasião, o presidente chileno publicou uma imagem do momento da chamada e disse que felicitou o petista pelo resultado. "Chile e Brasil têm muito futuro em comum e seguiremos trabalhando por uma agenda que potencialize as relações entre nossos países em integração econômica e combate ao crime organizado na região", escreveu Kast.

Desde que foi eleito, o presidente do Chile construiu uma relação pragmática com Lula. "Nós conversamos sempre sobre a manutenção da democracia. Quando o presidente Lula ganhou a eleição, pude me comunicar sobre a relação entre os dois países", afirmou ao Estadão. "Tem sido uma relação muito boa, permanente e estável", complementou.

Em março deste ano, Lula cancelou a ida à posse de Kast. O recuo ocorreu após o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) confirmar presença no evento. Na época, o chileno afirmou que não estava manifestando preferência pelo então pré-candidato do PL à Presidência.

"Sou próximo da família Bolsonaro. Eu o conheci quando era senador e ele era deputado", disse à *CNN Chile*, acrescentando que, como presidente eleito, tinha direito de convidar "amigos" para a solenidade.

Nota

EXAMES DE LULA 'ESTÃO DENTRO DA NORMALIDADE', DIZ HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS

O Hospital Sírio-Libanês informou no fim da noite da terça-feira, que todos os exames do presidente reeleito da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), "estão dentro da normalidade". Lula deu entrada na tarde da terça no hospital da capital paulista para realizar uma avaliação de rotina. Segundo a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), os exames estavam previamente agendados para depois das eleições.

Eleitores ficaram exaustos e irritados com governo Trump, diz pesquisa da AP

Uma pesquisa da *Associated Press* realizada com votantes nas eleições de meio de mandato nos Estados Unidos concluiu que maioria dos eleitores estão exaustos e irritados com a gestão do presidente do país, Donald Trump. Segundo a sondagem, promessas do presidente em controlar a inflação e outras propostas que não foram bem sucedidas foram motivos para elegerem democratas na Câmara e para o Senado do país.

Para os candidatos do Partido Republicano, foi impossível escapar da inflação, outro motivo forte para a perda de força de Trump. A sondagem mostrou que 2 em cada 10 eleitores no Texas disseram que a inflação impôs dificuldades consideradas "severas" a eles e a suas famílias. Outros 6 em cada 10 eleitores afirmaram que a inflação trouxe dificuldades "moderadas".

Esse mesmo padrão se repetiu em diversos estados. Em nível nacional, os eleitores que se declararam "muito preocupados" com os custos do dia a dia, incluindo itens de supermercado, assistência médica e combustível disseram em sua grande maioria, ter votado no candidato democrata na disputa local para a Câmara dos Representantes dos EUA.

Além disso, em todo o país, votantes culparam Trump por altas tarifas, guerra no Irã e por uma promessa de campanha de redução de preços feita há dois anos e que, até o momento, não foi cumprida. Combate à corrupção, prioridades corretas e maior fiscalização por parte do Congresso foram outros fatores determinantes para que os democratas conseguissem a maioria dos votos.

Por outro lado, a pesquisa traz um alerta para os democratas: muitos eleitores não veem o partido com bons olhos. Embora os democratas levam vantagem em questões essenciais. Cerca de 7 em cada 10 eleitores afirmaram que o Congresso não está fazendo o suficiente para exercer o devido controle e equilíbrio sobre o presidente; esse é o desafio que se impõe aos democratas que recuperaram o controle do Senado e da Câmara.

O que esperar da segunda metade do governo Trump após derrota nas eleições

Para Donald Trump, as retumbantes derrotas de seu partido nas eleições de meio de mandato abrem caminho para investigações e possíveis processos de impeachment que colocarão o presidente republicano na defensiva em seus dois últimos anos de mandato. Mas ele ainda tem opções em um governo de minorias.

Os resultados deslocam o centro de gravidade para mais perto do Capitólio, onde os democratas tentarão conter o poder de Trump após dois anos de conivência dos republicanos no Congresso.

Isso não apenas traz à tona uma dinâmica do seu primeiro mandato, quando os democratas da Câmara assumiram o poder nas primeiras eleições de meio de mandato de Trump e, por fim, o destituíram duas vezes, mas, com o controle também do Senado, os democratas agora podem obstruir as nomeações de Trump para cargos no Gabinete e para juízes federais e da Suprema Corte.

Trump praticamente garantiu que os resultados seriam vistos como um referendo sobre si mesmo, ao instar repetidamente os eleitores a "fingirem que eu estou na cédula", enquanto visitava estados predominantemente conservadores para apoiar candidatos republicanos e alertava sobre um Washington onde os democratas estariam no poder.

Mas os resultados mostraram como os eleitores rejeitaram os candidatos escolhidos a dedo por Trump, ao mesmo tempo que expressaram preocupações generalizadas sobre os altos custos decorrentes de sua guerra contra o Irã e de sua política tarifária punitiva.

Durante uma entrevista à *Fox News* que foi ao ar na manhã de ontem, Trump tentou se eximir da culpa, afirmando que os democratas "fizeram um bom trabalho" em suas campanhas e culpando os candidatos republicanos por suas derrotas. "Não vejo isso como um ataque a mim", disse ele.

Os resultados deixam Trump - que acompanhou a apuração na Casa Branca com seus assessores e membros de seu gabinete - com uma redução drástica de seu capital político, tanto nacional quanto internacionalmente.

De investigações a impeachment, o que está em jogo.

Os principais democratas, prevendo uma maioria em pelo menos uma das casas do Congresso, já vinham sinalizando quais seriam seus principais alvos de investigação: as políticas do governo Trump, a conduta de seus funcionários e as interações entre autoridades governamentais e empresas privadas que tentaram exercer influência sobre a Casa Branca.

Entre suas prioridades estão os negócios da família Trump, a forma como o governo lidou com a investigação de Jeffrey Epstein e alegações mais amplas de corrupção corporativa.

Uma maioria democrata terá o controle das comissões, orçamentos e equipes maiores, além do poder de intimação, o que poderia obrigar o governo a ser mais receptivo ao Congresso. Em resposta, a Casa Branca poderia retomar a estratégia do primeiro governo Trump, quando protelou os pedidos do Congresso por documentos e depoimentos e invocou o privilégio executivo sobre certas informações.

O presidente também está se preparando para grandes batalhas legislativas, afirmando ter um "forte poder de veto". Na noite de terça-feira, Trump publicou uma foto de seu característico boné vermelho com a palavra "VETO" bordada.

AS OPÇÕES

Mas não é o fim do jogo para Trump. Desde retomar a campanha militar contra o Irã até vetar projetos de lei democratas, o mandatário ainda poderia utilizar os poderes que lhe restam para retomar o protagonismo em seus dois últimos anos de mandato.

"Cada vez que Trump se vê encurralado, ele levanta ainda mais a voz e sai para lutar", comentou à AFP Peter Loge, diretor da Escola de Mídia e Assuntos Públicos da Universidade George Washington.

VETOS

Diversos meios de comunicação informaram que seu governo planeja usar ordens executivas para impulsionar políticas migratórias duras, como fez nos primeiros 100 dias de seu segundo mandato.

EUA

Eleições têm vitórias históricas de minorias sub-representadas

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

As eleições de meio de mandato presidencial nos Estados Unidos, as chamadas *midterms*, apresentaram vitórias históricas de minorias sub-representadas no país mais rico do mundo. Negros, hispânicos, muçulmanos, indígenas e gay estão entre os candidatos que conquistaram feitos pioneiros em cargos estaduais ou federais.

A Agência Brasil destaca alguns dos nomes que obtiveram nas urnas marcas que representam salto de representatividade na democracia americana.

GAY ASSUMIDO

O democrata Chris Pappas é o primeiro candidato assumidamente gay a conquistar uma vaga no Senado dos Estados Unidos. Ele foi eleito pela população do estado de New Hampshire.

Pappas, de 46 anos, ocupa atualmente cadeira na Câmara dos Representantes, que equivale à Câmara dos Deputados no Brasil. O mandato dos senadores eleitos nas midterms começará em janeiro de 2027. Desde 2023, Pappas é casado com o advogado Vann Bentley.

Apesar de ser o primeiro candidato assumidamente gay a ser eleito, ele não será o primeiro representante abertamente LGBTQIA+ no Senado. Tammy Baldwin, democrata de Wisconsin, é assumidamente lésbica e foi eleita em 2012. Ela segue no cargo.

MUÇULMANOS

O democrata Abdul El-Sayed, de 42 anos, conquistou nas urnas uma cadeira no Senado dos Estados Unidos, pelo estado do Michigan. Dessa forma, o epidemiologista filho de imigrantes egípcios se torna o primeiro muçulmano eleito para a Câmara Alta do Congresso americano.

A ativista pelos direitos dos imigrantes Aber Kawas, de 34 anos, conquistou votos suficientes para um assento no Senado Estadual (Legislativo estadual) de Nova York. Filha de refugiados palestinos, ela é a primeira palestino-americana no Legislativo estadual do estado.

De acordo com agências de notícias internacionais, a muçulmana Aber Kawas é também a primeira mulher de hijab (vestimenta islâmica que cobre cabelos e pescoço) eleita para a Casa Legislativa.

INDÍGENAS

As midterms expuseram conquistas históricas de representantes indígenas. A democrata Deb Haaland, de 65 anos, foi eleita a primeira mulher indígena governadora nos EUA. A partir de janeiro de 2027, ela comandará o Novo México por quatro anos.

Secretária do Departamento do Interior dos Estados Unidos no governo do então presidente Joe Biden, de 2021 a 2025.

Nos EUA, os departamentos equivalem aos ministérios no Brasil. O Departamento do Interior é responsável, entre outras atribuições, pela gestão de terras e recursos naturais federais e por assuntos relacionados aos povos indígenas.

Mais um pioneirismo pertence à democrata Peggy Flanagan, de 47 anos. Ela é a primeira mulher indígena eleita para o Senado dos Estados Unidos. Ela representa o estado de Minnesota e faz parte do povo Ojibwe.

A democrata Claire Valdez também fez história ao ser a primeira mulher indígena eleita pela população de Nova York para representar o estado na Câmara dos Representantes. Com 37 anos, ela representa o povo Ysleta del Sur Pueblo.

Pouco mais de 2% da população americana se considera indígena, de acordo com o Departamento do Censo dos Estados Unidos (U.S. Census Bureau), isso levando em conta quem se declara "alone", isto é, de uma única raça.

NEGROS

Políticos negros também experimentaram protagonismos históricos nas midterms. De acordo com o Censo, 13,5% da população se declara negra.

A democrata Keisha Lance Bottoms, foi eleita governadora da Geórgia e se tornou a primeira mulher negra eleita governadora de um estado americano.

Byron Donalds, do partido Republicano, foi eleito governador da Flórida e será o primeiro homem negro a ocupar o cargo no estado.

Donalds é também o primeiro negro eleito governador em toda história dos republicanos. O partido já teve um governador negro, Pinckney Pinchback (Louisiana), na década de 1870. Mas ele foi um vice-governador que assumiu após o impeachment do governador Henry C. Warmoth.

Louisiana é onde, de 1841 a 1853, se passou a história real que deu origem à autobiografia Doze anos de Escravidão, escrita por Solomon Northup. O drama, que foi adaptado para filme (2013), conta a história de um homem negro que foi sequestrado no norte do país e escravizado no sul.

À época, parte dos Estados Unidos já havia abolido a escravidão, mas o sul atrasado mantinha a prática de trabalho forçado.

O democrata David Crowley, de Wisconsin, será o primeiro governador negro do estado, que tem 178 anos de história.

Em Illinois, a vice-governadora democrata, Juliana Stratton, venceu a eleição para o Senado dos Estados Unidos. Ela será a sexta mulher negra a chegar à Casa. A eleição dela fará com que o estado seja o primeiro a ter duas mulheres de minorias raciais representando-o simultaneamente no Senado. Ela se juntará à democrata Tammy Duckworth, asiático-americana.

MULHERES

As urnas americanas fizeram com que mulheres americanas escrevessem os nomes na história como pioneiras na lista de eleitas para o comando de governos estaduais. A democrata Amy Acton, de 60 anos, estará à frente do estado de Ohio. A também democrata Amy Klobuchar, de 66 anos, comandará Minnesota. A republicana Marsha Blackburn, de 74 anos, será a governadora eleita do Tennessee.

LATINOS

No Texas, a democrata Gina Hinojosa rompeu um ciclo em que, desde 1995, apenas republicanos se elegiam para o governo do estado. Além disso, aos 52 anos e de família com raízes mexicanas, ela se tornará a primeira mulher de origem latina a comandar o executivo estadual.

O democrata Xavier Becerra, de 68 anos, é o primeiro latino eleito diretamente governador da Califórnia. O único latino governador do estado antes dele foi Romualdo Pacheco, que ficou no cargo até 1875. No entanto, Pacheco era vice-governador e chegou ao posto sucedendo ao titular.

Progressistas e minorias renovam democratas em vitória sobre Trump

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A vitória democrata nas eleições de meio de mandato dos Estados Unidos, as *Midterms*, foi marcada por lideranças jovens, de minorias étnicas ou religiosas e com discurso progressista.

Esse retrato renova a imagem que saiu desgastada da derrota para Donald Trump em 2024, quando o partido estava fortemente associado às elites econômicas e era criticado por um suposto abandono das pautas dos trabalhadores norte-americanos.

Em entrevista à Agência Brasil, o doutor em ciência política Juliano Machado Pires atribuiu a avaliação ruim que o Partido Democrata tinha, em 2024, à decepção com o governo de Barack Obama (2009-2017).

"A população tinha muitas expectativas com o governo Obama. Com a crise dos bancos, em 2008, Obama salvou os bancos, mas não salvou a hipoteca da população. Uma parcela das pessoas se sentiu traída e ficou com a sensação de que os dois partidos davam no mesmo na hora de proteger os direitos econômicos das pessoas", explicou.

A professora de relações internacionais Camila Vidal, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), destacou que o pleito de 2026 elegeu um número expressivo de democratas que são de fora da "elite" da legenda.

"São indivíduos que têm uma agenda muito mais progressista, em alguns casos até socialista, enfatizando melhores condições de vida para a classe trabalhadora, saúde universal e gratuita para todos", comentou à Agência Brasil.

O resultado fez o Partido Democrata eleger senadores e deputados em estados e distritos onde perdeu sucessivas eleições nos últimos anos, como o Texas. Com isso, tanto o Senado quanto a Câmara passaram a ser majoritariamente ocupados pela oposição à Donald Trump, do Partido Republicano.

PIONEIROS

Entre os nomes de destaque, estão a primeira mulher negra da história dos EUA a ser eleita governadora, Keisha Lance Bottoms, pelo estado Georgia; a primeira governadora indígena, Deb Haaland, pelo Novo México; e o primeiro senador abertamente homossexual, Chris Papas, eleito por New Hampshire.

Em seu discurso, a governadora eleita pela Georgia dedicou a vitória às pessoas que não têm acesso a serviços de saúde e de educação, devido ao alto custo de vida nos EUA.

"Esta vitória é para o cuidador que não tem condições de arcar com despesas de saúde e precisa que a Georgia finalmente amplie o Medicare (principal programa público de saúde dos EUA)", disse Keisha Bottoms.

O professor de história da Universidade de Brown, dos EUA, James N. Green, explicou à Agência Brasil que, nos EUA, os dirigentes partidários locais têm bastante flexibilidade para definir a política do estado, o que contribuiu para essa renovação.

"A diversidade do Partido Democrata deu essa flexibilidade de candidatos diversos, que podiam atrair uma base da população, combinada com uma política horrível do governo de Trump, que incentivou muitas pessoas a romper com ele e apoiar os democratas", avaliou.

EVANGÉLICO

Outro nome de destaque foi o vencedor ao Senado pelo Texas, James Talarico, que derrotou os republicanos pela primeira vez em quase 40 anos no estado.

Essa também foi a primeira vez que o Texas elegeu uma governadora latina, Gina Hinojosa, após décadas de hegemonia do partido Republicano.

Com 37 anos, James Talarico articula um discurso religioso com a defesa dos mais necessitados e da justiça social. Ele é filho de pastor e seminarista presbiteriano.

"O presidente dos EUA disse que eu insultei Jesus. Sabe o que insulta Jesus? Deixar os pobres sem assistência social enquanto corta impostos de bilionários. Sabe o que insulta Jesus? Deportar o estrangeiro e separar mães de seus bebês", disse.

EXÉRCITO DE LULA

Ativista democrata agradece ao Brasil por exemplo eleitoral: 'Explode!'

GIOVANNA MASSARO/AE

Isaiah Martin, ativista americano aliado ao partido democrata e opositor do presidente Donald Trump, fez postagens nas redes sociais agradecendo ao Brasil por "mostrar o caminho" nas eleições de maio de mandato. Nesta semana, os Estados Unidos elegeram maioria democrata nas duas casas do congresso.

O ativista publicou "EXPLODE" em referência ao jargão utilizado por André Janones no inícios dos vídeos postados nas redes sociais e no "Exército do Lula" na campanha para o segundo turno.

Nestas eleições de meio de mandato, o partido Republicano, de Donald Trump, perdeu de forma esmagadora a maioria nas duas casas do Congresso.

O pleito foi marcado por vitórias históricas da oposição, como no Texas, onde a população elegeu um senador democrata, James Talarico, pela primeira vez em quase quatro décadas.

A derrota pode significar, para Donald Trump, maiores chances para investigações e possíveis processos de impeachment nos próximos dois anos de mandato do presidente americano.

Martin já havia criticado Flávio Bolsonaro, que foi recebido por Trump após fugir do Brasil, derrotado na eleição presidencial. "Nós não o queremos aqui. Os americanos sensatos querem que o dinheiro dos nossos impostos seja gasto na NOSSA saúde", disse em postagem feita no dia 29 de outubro, na semana em que Flávio desembarcou no país norte-americano.